

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## Memória Técnica da 3ª Reunião do GT-Portaria 888/21 (CT-SAM)

<b>Grupo de Trabalho:</b>	GT-Portaria 888/21 da CT-SAM
<b>Reunião:</b>	3ª Reunião
<b>Data:</b>	17/08/2022
<b>Local:</b>	Videoconferência – Google Meet: <a href="https://meet.google.com/rpt-wgvv-kzm">meet.google.com/rpt-wgvv-kzm</a>
<b>Assunto(s) em discussão:</b>	Portaria GM/MS nº. 888/2021 Proposta de Plano de amostragem de qualidade da água para qualidade da água para consumo humano na área rural
<b>Pauta:</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Abertura;</li><li>2. Informes;</li><li>3. Aprovação da minuta da Memória Técnica da 2ª Reunião, realizada em 17/03/22;</li><li>4. Construção coletiva do documento "Proposta - Plano de amostragem de qualidade da água para qualidade da água para consumo humano na área rural"</li><li>5. Encerramento.</li></ol>
<b>Conclusões e Encaminhamentos:</b>	<p>Roseane Souza abriu a reunião, pedindo aos presentes que se apresentassem, compartilhou a minuta da Memória Técnica da 2ª Reunião, aprovada pelos presentes, e por fim apresentou a pauta da reunião, abrindo a palavra. Miguel Milinski perguntou a respeito da oficialização e validade legal da proposta, e Roseane respondeu que é necessário conversar com o Ministério da Saúde, para que a proposta seja pensada no âmbito nacional, olhando a realidade do saneamento rural. Rodrigo Sanches compartilhou sua percepção de como seria o processo de validação da proposta, para encaminhamento ao Ministério da Saúde. Ana Lúcia perguntou sobre a adoção de parâmetros e critérios próprios em documento em funcionamento no Ceará. Victor Ponte, respondendo à Ana Lúcia, falou sobre a aprovação do Plano de Amostragem para o CISAR no Ceará com a Secretaria de Saúde do Estado. Roseane falou sobre o guia do SESAI de plano de amostragem para aldeias indígenas, e o Plano de Amostragem simplificado para portos e aeroportos da ANVISA. Felipe Toé falou sobre a dificuldade em modificar a Portaria, indicando necessidade de expandir para a área rural a isonomia na elaboração de planos de amostragem concedida às populações indígenas e tradicionais, comentou aspectos legislativos sobre normas de potabilidade e amostragem, e reforçou a necessidade de editar uma norma exequível.</p> <p>Roseane propôs a elaboração de um documento em partes, uma com as considerações jurídicas e suas justificativas, que Roseane solicitou que Felipe e Rodrigo elaborem, e outro com os modelos de plano de amostragem existentes no Brasil, incluindo os modelos do SESAI e da ANVISA, e o modelo do CISAR, e uma terceira parte com a proposta do GT, e propôs que o documento, após validado no GT, seja encaminhado às câmaras técnicas CT-RURAL, CT-SA e CT-SAM, encaminhadas então à CT-PL e então à plenária, antes de ser encaminhado ao Ministério de Saúde ou à vigilância estadual.</p> <p>Rodrigo fez suas considerações sobre a proposta de Plano de Amostragem, lembrando que o trabalho desenvolvido pelo CISAR se dá em um sistema mais organizado, enquanto o meio rural abrange contextos mais isolados, que precisa que o documento aborde questões como os custos decorrentes da amostragem. Ana Lúcia comentou sobre a gestão da qualidade da água em domicílios e comunidades isoladas, e propôs a separação dos parâmetros de amostragem para água subterrânea e para água superficial. Victor sugeriu</p>

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: [se.pcj@comites.baciaspcj.org.br](mailto:se.pcj@comites.baciaspcj.org.br).

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## Memória Técnica da 3ª Reunião do GT-Portaria 888/21 (CT-SAM)

	<p>maior cuidado com os mananciais superficiais, e que o plano de amostragem siga o Plano de Segurança da Água com uma análise inicial completa, que aponta as necessidades subsequentes para análise. Felipe Toé comentou sobre a questão dos impactos econômicos nas soluções alternativas individuais e nas concessionárias, e Roseane fala sobre a exclusão da Solução Alternativa Individual – SAI na Portaria. Miguel Milinski perguntou ao Victor se o sistema no Ceará atende integralmente a Portaria 518, e falou sobre sua experiência com a análise de águas subterrâneas de consumo sem tratamento, que atenderam aos parâmetros da Portaria 888 em todas as análises efetuadas, corroborando a fala de Victor sobre águas subterrâneas. Victor esclareceu Miguel sobre a adesão da CISAR às diretrizes da Portaria 518, falando sobre os custos elevados atrelados à Portaria 888. Miguel e Rodrigo comentaram sobre a fala de Victor, ressaltando que é necessário considerar que a lei é de âmbito nacional da lei e a discussão do GT é no âmbito das Bacias PCJ. Baraldi perguntou ao Miguel sobre as análises em águas subterrâneas que ele realizou. Ana Lúcia indicou ao Miguel um trabalho da Unicamp do professor Tonetti onde uma análise em Campinas indicou contaminação em diversos dos parâmetros analisados, e perguntou sobre monitoramento de água em municípios pequenos na Bacia de Piracicaba. Miguel respondeu que a Vigilância apenas realiza a análise quando há suspeita, mas que há monitoramento dos rios e mananciais.</p> <p>Roseane retomou os encaminhamentos da reunião, apresentando a minuta da proposta, propondo que seja utilizado como base, se comprometeu a encaminhar a RDC Anvisa e o guia de plano de amostragem do SESAI, determinou um prazo de trinta (30) dias para envio das contribuições. Victor e Miguel compartilharam esclarecimentos e considerações sobre suas falas, e Roseane compartilhou de sua experiência na Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Roseane se encaminhou de conversar com professores da área sobre parâmetros sub-rogados, e propôs envolver a ARES e a ARSESP na discussão, para as quais Rodrigo propôs adicionar a Funasa. Dayani comentou as dificuldades em trabalhar na proposta, colocando o apoio da Funasa, como superintendência estadual da Funasa, fazendo o vínculo com o Ministério da Saúde e a Funasa nacional. Roseane fez suas últimas considerações, encaminhando que Marcelo envie à Dayani os contatos do GT, antes de encerrar a reunião.</p>
<b>Próxima reunião:</b>	<i>Sem definição de data para próxima reunião.</i>
<b>Observações:</b>	<i>Foram referenciadas a Portaria MS nº 518/2004, a Portaria MS nº2914/2011 e a portaria PDC MS nº 5/2017 ao longo das falas. Roseane indicou como referências a RDC nº 91 de 30 de junho de 2-16 da ANVISA e a publicação “Diretrizes PARA Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano em aldeias Indígenas – DMQAI” da SESAI.</i>
<b>Responsável pela redação:</b>	<i>Marcelo Haruki Sakamoto</i>

### Participantes – Nome completo (Entidade)

1	Roseane Maria Garcia Lopes de Souza (ABES-SP)	14	Ivan Canale (SEMAE Piracicaba)
2	Ana Lucia Brasil (ABES-SP)	15	Flaviana Maluf de Souza (MPSP)

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: [se.pcj@comites.baciaspcj.org.br](mailto:se.pcj@comites.baciaspcj.org.br).

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## Memória Técnica da 3ª Reunião do GT-Portaria 888/21 (CT-SAM)

			GAEMA/Campinas)
3	Adriana Sacioto Marcantonio (APTA/SAA)	16	Elaine Franco de Campos (Agência PCJ)
4	Karen Cristina Tasaka (DAE Jundiá)	17	Felipe Ferreira (Agência PCJ)
5	Cassiana Maria Reganhan Coneglian (FT/Unicamp)	18	Bianca Carolina Alves Leite (Agência PCJ)
6	Miguel Madalena Milinski (DAAE - Rio Claro/P.M. de Rio Claro)	19	Karla Romão (Agência PCJ)
7	João Primo Baraldi (Sindicato Rural de Rio Claro e Associação Vale Verde)	20	Mariane Rodrigues Amuy (Agência PCJ)
8	Célia Castelló (ABES-SP)	21	Paulo Neto (CT Rural / Prefeitura de Campinas)
9	Marcelo Haruki Sakamoto (ABES-SP)	22	Silvaldo José de Oliveira (SESAM - Funasa SP)
10	Ana Cristina Penteado Persicano Pinto (SANASA e ASSEMAE)	23	Silvia Telles (SAAE Salto)
11	Rogério Padula Santamaria (SANASA e ASSEMAE)	24	Rodrigo Monteiro (SANASA)
12	Rodrigo Sanches Garcia (MPSP GAEMA/Campinas)	25	Felipe Toé (ABES-DN)
13	Dayani Salati (SESAM - Funasa SP)	26	Victor Ponte (CAGECE)